

## **PARECER Nº 1159, DE 2015**

Da MESA DO SENADO FEDERAL, sobre o Requerimento nº 1.248, de 2015, que visa a obter do Ministro de Estado da Educação informações sobre texto do livro *Habilis*, obra didática selecionada pelo Ministério da Educação para a rede de escolas públicas.

Relator: Senador **ELMANO FÉRRER**

### **I – RELATÓRIO**

Submete-se ao exame da Mesa do Senado Federal o Requerimento (RQS) nº 1.248, de 2015, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, que tem por finalidade obter do Ministro de Estado da Educação informações sobre texto do livro *Habilis*, obra didática selecionada pelo Ministério da Educação (MEC) para a rede de escolas públicas.

O autor destaca na justificação da iniciativa ter chegado a seu conhecimento que o livro *Habilis*, supostamente selecionado pelo MEC como material didático para as escolas da rede pública, conteria trecho enaltecendo grupo terrorista colombiano. Requer, assim, informações do Ministro acerca da procedência de tal fato, bem como explicações em caso de veracidade das informações.

O requerimento é fundamentado no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, combinado com o art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

### **II – ANÁLISE**

O art. 49, inciso X, da Constituição Federal, atribui ao Congresso Nacional e às suas Casas competência para fiscalizar e controlar

os atos do Poder Executivo e da administração indireta. Já o art. 50, § 2º, da Constituição dispõe, mais objetivamente, que as Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal poderão encaminhar pedidos escritos de informações a Ministros de Estado, *importando em crime de responsabilidade a recusa, ou o não-atendimento, no prazo de trinta dias, bem como a prestação de informações falsas.*

Os incisos I e II do art. 216 do Risf admitem requerimentos de informações para esclarecimento de qualquer assunto submetido à apreciação do Senado ou atinente à sua competência fiscalizadora, desde que não contenham pedido de providência, consulta, sugestão, conselho ou interrogação sobre propósito da autoridade a quem se dirigem. O art. 215, inciso I, alínea *a*, do Risf submete esses requerimentos à decisão da Mesa do Senado Federal. Por fim, o art. 217 equipara o requerimento de remessa de documentos ao pedido de informações.

Nesse sentido, a proposição se enquadra nos requisitos constitucionais e regimentais, e atende, também, aos requisitos de admissibilidade previstos no Ato da Mesa do Senado Federal nº 1, de 30 de janeiro de 2001, que regulamenta a tramitação de requerimento de informação nesta Casa. Há, portanto, amparo constitucional e regimental à proposição ora examinada.

### III – VOTO

Diante do exposto, o voto é pela **APROVAÇÃO** do Requerimento nº 1.248, de 2015.

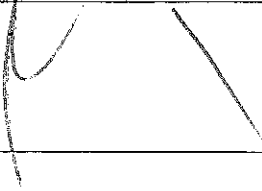
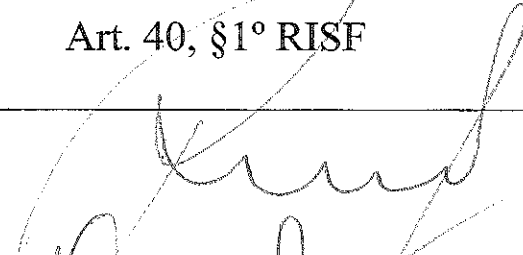
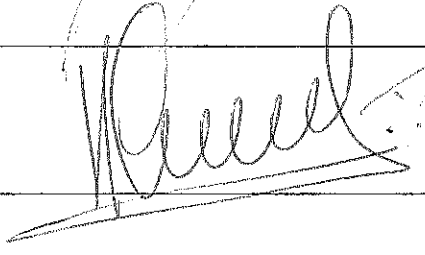
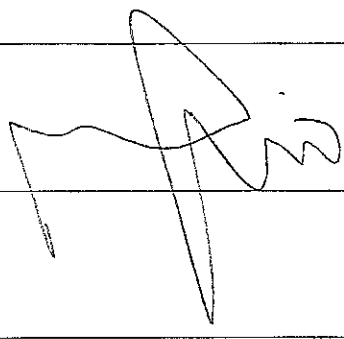
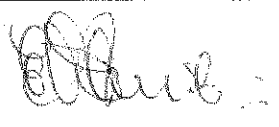
Sala das Reuniões,

, Presidente

, Relator

# 9ª REUNIÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

08 de dezembro de 2015

<b>Senador Renan Calheiros</b> Presidente	
<b>Senador Jorge Viana</b> 1º Vice-Presidente	Art. 40, §1º RISF
<b>Senador Romero Jucá</b> 2º Vice-Presidente	
<b>Senador Vicentinho Alves</b> 1º Secretário	
<b>Senador Zeze Perrella</b> 2º Secretário	
<b>Senador Gladson Cameli</b> 3º Secretário	Art. 40, §1º RISF
<b>Senadora Angela Portela</b> 4ª Secretária	Art. 13 RISF
<b>Senador Sérgio Petecão</b> 1º Suplente de Secretário	
<b>Senador João Alberto Souza</b> 2º Suplente de Secretário	
<b>Senador Elmano Férrer</b> 3º Suplente de Secretário	
<b>Senador Douglas Cintra</b> 4º Suplente de Secretário	